


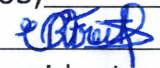


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Comissão de Reforma Judiciária, Administrativa e Regimento Interno

Ata da Sessão Extraordinária da Comissão de Reforma Judiciária, Administrativa e Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Ao quinto dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, às 15:00 horas, de forma presencial, na Sala 305-M do prédio Anexo I, do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, foi instalada a Sessão Extraordinária da Comissão de Reforma Judiciária, Administrativa e Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, sob a presidência da Excelentíssima Desembargadora Ivone Bessa Ramos. Presentes os Excelentíssimos Desembargadores Mário Augusto Albiani Alves Júnior e Alberto Raimundo Gomes dos Santos. Ausente, justificadamente, o Excelentíssimo Desembargador Pedro Augusto Costa Guerra, em virtude de gozo de folga compensatória, conforme publicado no Diário do Poder Judiciário nº 3938, de 27 de novembro de 2025. Destaca-se, inicialmente, que, não obstante a pauta tenha sido publicada para às 16h, a sessão foi antecipada em razão do encerramento prévio da Sessão do Tribunal Pleno, o que viabilizou a disponibilidade dos Desembargadores. Preliminarmente, foi discutida a ata da sessão do dia 26 (vinte e seis) de novembro de 2025, a qual foi aprovada na íntegra. Em seguida, foi apresentado 1 (um) processo administrativo para julgamento, processo **SEI nº 80506245.000023/2025-38**, de relatoria da Excelentíssima Desembargadora Ivone Bessa Ramos, que versa sobre Anteprojeto de Lei, a fim de efetuar a reestruturação administrativa do Poder Judiciário. Após sucinta leitura do opinativo, a Relatora salientou que a proposta apresentada tem como objetivo a reorganização de competências e inclusão de novas Unidades administrativas de primeiro escalão no organograma institucional desta Corte de Justiça, assim como de novo órgão auxiliar subordinado à Secretaria de Administração – SEAD. Salientou que o projeto de lei está em total consonância com os instrumentos normativos de superior hierarquia, pois objetiva apenas reestruturar a disposição organizacional das Secretarias, órgãos autônomos e vinculados diretamente à Presidência, bem como segmentar as áreas responsáveis pelas licitações e contratos. Posta em votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme o **Opinativo nº 45/2025**, que opinou pela aprovação da minuta do Anteprojeto de Lei, apresentada em conjunto pelos Exmos. Desembargadores Cynthia Maria Pina Resende, Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, e José Edivaldo Rocha Rotondano, Presidente eleito para o biênio 2026/2028, que dispõe sobre a reestruturação administrativa do Poder Judiciário, com a criação de novas unidades e cargos comissionados de apoio técnico-

gma

administrativo, e a alteração das Leis Estaduais nº 10.845, de 27 de novembro de 2007, nº 5.516, de 17 de novembro de 1989, e nº 11.918, de 20 de outubro de 2010. Por fim, foi distribuído, em caráter extraordinário e por sorteio, o processo nº 80506574.000272/2025-00, que trata de proposta de alteração do anexo da Resolução n. 22/2008 (Regimento Interno da UNICORP) e do anexo da Resolução n. 05/2010 (Regimento Interno da MASB), cabendo a relatoria ao Excelentíssimo Desembargador Mário Augusto Albiani Alves Júnior. Nada mais havendo, a Presidente da Comissão, Excelentíssima Desembargadora Ivone Bessa Ramos, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, determinando a publicação da presente ata, que lida e conferida, vai devidamente assinada por nós,  Rafael Smith Freire Lima, Técnico Judiciário,  Edlene Rebouças de Freitas, Técnica Judiciária, e pela Presidente desta Comissão.



Desembargadora Ivone Bessa Ramos

*Presidente da Comissão Permanente de Reforma Judiciária, Administrativa e
Regimento Interno*